

notícias

#02 | MAR/2010 | TRIMESTRAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

notícias



- 2 EDITORIAL**
Um desafio Aliciante
- 3 ASSOCIATIVISMO JUVENIL**
O Jovem Líder
- 4 HISTÓRIA DOS SURDOS**
Sicard, Massieu e os professores surdos
- 5 EDUCAÇÃO DOS SURDOS**
Roteiro da educação dos surdos em Portugal
- 6 DESTAQUE**
Entrevista ao Prof. Francisco Goulão
- 8 LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA**
Ideias incorrectas sobre a LGP e as pessoas surdas
- 9 ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**
Gestos que se vêem: Os surdos no ensino superior
- 10 ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA**
Ajudas técnicas / produtos de apoio
- 11 DESPORTO**
Movimento associativo no desporto de surdos
- 12 ACTIVIDADES INTERNACIONAIS**
Eventos além-fronteiras
- 13 ACTIVIDADES RECREATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES**
Promoção do espírito de convívio
- 14 CULTURA E CIDADANIA**
Cultura, educação, sociedade
- 15 TRIBUNA LIVRE**
Liderança associativa
- 16 PÁGINA DO INTÉRPRETE**
Viver a profissão - Ética e deontologia profissional
- 18 LEGISLAÇÃO**
Legislação mais relevante publicada entre 1 JAN e 22 FEV 2010
- 19 PASSATEMPOS**
Espaço lúdico



PÁGINA DO INTÉRPRETE

VIVER A PROFISSÃO – ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL NO DESEMPENHO DA PROFISSÃO DE INTÉRPRETE DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA (ILGP)

Maria José Freire Almeida

CODA¹, ILGP e docente na ESE de Setúbal no curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa

Para que o trabalho de um intérprete de LGP seja eficaz deve-se ter em conta os aspectos técnicos e a correcção linguística, cultural e social das línguas em presença: a língua oral e a língua gestual e, nalguns casos, uma terceira língua em eventos internacionais. O/a ILGP deve dominar as línguas e culturas em presença e, para que isso aconteça, deve ter tido acesso a uma formação adequada e de elevado grau de exigência, bem como um contacto permanente com a comunidade surda de modo a conhecer e assimilar a riqueza expressiva da Língua Gestual Portuguesa, as suas subtilidades e nuances, o património cultural das pessoas surdas e, por outro lado, compreender os desafios, as barreiras e a luta pela igualdade de direitos e oportunidades dos Surdos portugueses e de todo o mundo.

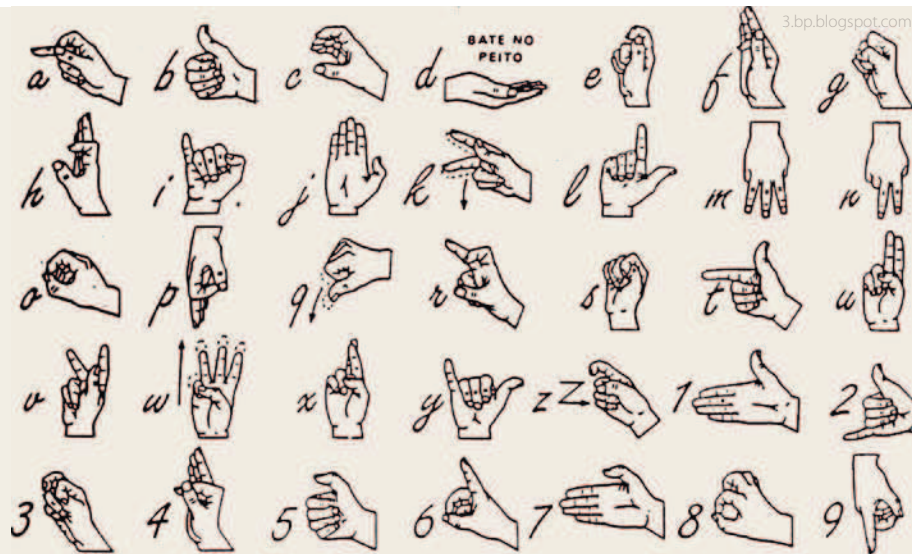
Durante muitos anos, a interpretação e tradução para as pessoas surdas em Portugal foi assegurada por pessoas que conheciam a Língua Gestual Portuguesa: filhos de pais surdos, outros familiares, amigos e colegas, mas apenas em situações pontuais e sem um carácter profissional. A formação profissional de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa teve início no final da década de oitenta e a formação académica em 1997.

No início da década de noventa, um grupo de intérpretes de LGP (na sua maioria CODAS) sentiram necessidade de se organizar associativamente para que a profissão de ILGP ganhasse maior dignidade e reconhecimento, tanto por parte das entidades oficiais como da comunidade surda portuguesa e da sociedade em geral. Nesta Associação², um dos

desta actividade. Surgiu na sequência da luta pelo reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa, levada a cabo pela comunidade surda portuguesa e que culminou no Reconhecimento Oficial da Língua Gestual Portuguesa, aquando da quarta revisão constitucional, Lei 1/97 de 22 de Setembro, artigo 74, nº 2, alínea h):

“Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades.”

A Lei 89/99 inclui, no seu articulado, referência às questões éticas e deontológicas, algo resumidas, mas que se ligam aos aspectos mais relevantes constantes do Código de Ética e Linhas de Conduta elaborado pelos ILGP portugueses em



No entanto, para que o desempenho de um/a ILGP seja completo, deve considerar, além dos aspectos técnicos e das diferentes estratégias de interpretação e tradução, uma atitude e um comportamento pautados pelas regras éticas e de deontologia profissional adequadas a esta profissão. O trabalho de tradução e interpretação em Língua Gestual Portuguesa é muitas vezes comparado com a imagem de uma ponte: o/a ILGP constitui um elo de ligação entre duas línguas e duas culturas com o intuito de facilitar a comunicação entre ambas. Como tal, deve obedecer a um determinado número de regras de modo a não constituir, inadvertidamente ou intencionalmente, um entrave nessa comunicação em vez de a facilitar.

primeiros objectivos foi a criação de um Código de Ética e Linhas de Conduta que orientasse os ILGP em termos da sua postura ética e profissional. Este Código foi desenvolvido com base em diversos códigos de ética e deontológicos de intérpretes de língua gestual da Europa e dos Estados Unidos da América. Não sendo um código oficialmente reconhecido, foi tacitamente aceite e posto em prática ao longo dos anos.

A Lei 89/99 de 5 de Julho³, aprovada pela Assembleia da República, veio finalmente preencher uma lacuna legislativa no âmbito da profissão de ILGP. Necessitando ainda de regulamentação mais aprofundada, constituiu, no entanto, um passo importante no reconhecimento

1991. No seu artigo nº 6 “Deveres do intérprete de língua gestual”, esta lei define as regras que os ILGP são obrigados a respeitar e a cumprir: guardar sigilo; interpretar fielmente a mensagem; utilizar uma linguagem compreensível; não influenciar ou orientar; não tirar vantagem pessoal.

Farei de seguida uma breve análise de cada uma destas regras e da importância de que se reveste o seu cumprimento por parte dos ILGP, de modo a garantir um trabalho digno, isento e de utilidade para todos os intervenientes no contexto de interpretação e tradução.

“Guardar sigilo de tudo o que interpretam”

É um direito das pessoas surdas e também

das pessoas ouvintes envolvidas e um dever fundamental dos intérpretes de língua gestual. Tudo o que se passa durante um serviço de interpretação deve ser mantido confidencial, não só pelo respeito devido a todos os intervenientes, mas também no sentido de não criar problemas ou constrangimentos. O/a ILGP deve ter o cuidado de não comentar, nem sequer em parte, o que foi dito e interpretado. Qualquer quebra de confidencialidade, além de não ser ético nem profissional, pode prejudicar algum dos intervenientes e acaba por pôr em causa o próprio intérprete, que perde a confiança daqueles que recorrem aos seus serviços e prejudica a imagem de toda a sua classe profissional.

“Realizar uma interpretação fiel, respeitando o conteúdo e o espírito da mensagem do emissor”

Realizar uma interpretação e tradução fiel implica não omitir nem acrescentar informação à mensagem de origem, mas significa também que todos os elementos presentes na mensagem devem ser interpretados. As palavras e os gestos são passíveis de diferentes interpretações consoante o contexto, a entoação (na língua oral) e a expressão (na língua gestual) que podem alterar o sentido dessas mesmas palavras ou gestos. O que importa interpretar e traduzir é o significado das expressões

O/a ILGP deve estar preparado para se adaptar aos diferentes registos de linguagem utilizados pelos intervenientes surdos ou ouvintes durante a sua interpretação, bem como se deve saber adaptar aos diferentes contextos de interpretação e tradução (sala de aula, consulta médica, tribunal, conferência, entre outros). Por outro lado, após os momentos iniciais de contacto com os intervenientes, durante os quais se vai apercebendo dos seus meios de comunicação preferenciais, deve-se adaptar a esse tipo de comunicação. Por exemplo, pode necessitar de recorrer a métodos especiais de tradução, como: labialização da mensagem para surdos oralistas, ou língua gestual tátil para surdocegos, entre outros. **“Não influenciar ou orientar nenhuma das partes interlocutoras”**

Durante o seu desempenho profissional o/a ILGP deve manter uma postura de imparcialidade, não devendo procurar influenciar ou orientar o decurso dos acontecimentos de acordo com a sua opinião pessoal. Não deve, por isso, manifestar-se intencionalmente sobre os assuntos, mesmo que alguma das partes, surdos ou ouvintes, lho solicitem, nem deve deixar transparecer na sua postura e expressão facial ou corporal algum indício da sua própria opinião pessoal. Sendo, eventualmente, pressionado para dar uma opinião

O Código de Ética e Linhas de Conduta do ILGP carece de legislação mais aprofundada, conforme a própria lei 89/99 indica: após auscultação das associações representativas da comunidade surda e dos intérpretes de língua gestual. Existem, ainda, outros aspectos importantes a considerar, como: pontualidade, autodisciplina, actualização e carreira profissional. É necessário que tanto os intérpretes de língua gestual como os representantes da comunidade surda se manifestem no sentido de se dar continuidade à legislação em falta.

Gostaria de terminar dizendo que, sendo a competência técnica e a observância das regras éticas e deontológicas extremamente importantes no trabalho do/a ILGP, quem desempenha esta profissão deve sobretudo gostar muito daquilo que faz, da língua gestual, do relacionamento com as pessoas surdas e de toda a riqueza humana e intelectual que este trabalho implica. O desafio é cativante e o resultado mais eficaz. ■

ecusa.anglican.org



utilizadas, no contexto em que são utilizadas, e não o seu sentido literal, sob pena de se realizar um fraco trabalho que não corresponde ao espírito e mensagem do emissor. Por exemplo, uma frase dita com uma entoação irónica altera o significado das palavras, ao passar esta mensagem para língua gestual, o/a ILGP deve recorrer à expressão facial adequada para transmitir a mesma ideia. O mesmo deve acontecer a partir da língua gestual para a língua oral: o/a ILGP deve procurar imprimir na sua voz a entoação adequada ao espírito do emissor.

“Utilizar uma linguagem compreensível para os destinatários da interpretação”

Podemos estabelecer uma correlação com o Princípio da Adaptabilidade referido no Código de Ética e Linhas de Conduta elaborado em 1991.

pessoal deve recusar, explicando que isso entraria em conflito com as regras éticas e deontológicas da sua profissão.

“Não tirar vantagem pessoal de qualquer informação conhecida durante o seu trabalho”

A formulação desta última regra, constante do artigo 6º da Lei 89/99 de 5 de Julho, não é suficientemente clara. Naturalmente que se se tratar de informação do conhecimento público o/a ILGP poderá utilizar essa informação como entender. Não é, no entanto, difícil perceber que o que se pretende dizer, apesar de não estar explícito, é que o/a ILGP não deve aproveitar para seu benefício próprio qualquer informação de carácter sigiloso a que tenha acesso no decorrer do seu trabalho de interpretação e tradução.

¹ CODA – Sigla que significa “Filhos de Pais Surdos” (do inglês: Children of Deaf Adults)

² AILGP – Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, fundada em 22 Janeiro de 1991. Actualmente sem actividade, mas teve um papel de relevo na defesa dos interesses da profissão e participou activamente, nos anos 90, na luta pelo reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa.

³ Lei/89/99 de 5 de Julho “Define as condições de acesso e exercício da profissão de Intérprete de Língua Gestual.